

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**
2 **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO 2011**

3 Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, no Auditório Valdir Arcoverde,
4 da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, em Fortaleza, realizou-se, a partir da quatorze horas,
5 a décima Reunião Ordinária do ano de dois mil e onze da Comissão Intergestores Bipartite do
6 Sistema Único Saúde do Ceará, com a presença dos seguintes membros: **Representando a**
7 **SESA, os Titulares:** Vera Maria Câmara Coelho, Coordenadora de Políticas de Atenção à Saúde
8 e José Policarpo de Araújo Barbosa, Coordenador das Regionais de Saúde do Estado.
9 Comparecerem os **Suplentes**, Alexandre José Mont'Alverne Silva, Supervisor do Núcleo de
10 Urgência e Emergência, Ana Virgínia de Castro da Justa, Supervisora do Núcleo de Atenção
11 Primária e Regina Célia de Alencar Ribeiro, Técnica do Núcleo de Auditoria. **Representado os**
12 **Municípios**, os Secretários Municipais de Saúde, **Titulares da CIB/CE:** Wilames Freire
13 Ribeiro, de Morada Nova, Presidente do COSEMS e Vice-Presidente da CIB/CE; Carlos Hilton
14 Albuquerque Soares, de Sobral; Rodrigo de Oliveira Teófilo, de Pacatuba e Audyonedna Sampaio
15 Aires, de Caridade. **Suplentes presentes:** Francisco Pedro da Silva Filho, de Cruz; Messias
16 Barbosa Lima, de Fortaleza; Tereza Cristina Mota de Sousa Alves, de Acopiara; Alexandre
17 Almino de Alencar e Maria do Carmo Xavier de Queiroz. Presentes, ainda, outros Secretários
18 Municipais de Saúde, técnicos responsáveis por Coordenadorias e Núcleos da SESA,
19 Orientadores de Células Regionais da SESA, outros profissionais das Secretarias Municipais de
20 Saúde e do COSEMS e demais pessoas interessadas, com registro em listas de presença. A
21 Assembleia foi aberta pela Secretária Executiva, **Vera Coelho**, que antes de iniciar os trabalhos
22 cumprimentou a todos, e apresentou a Dra. Rosa Moraes Pessoa Fernandes, Secretária
23 Executiva da SESA, informando que a mesma iria representar a direção da Secretaria Estadual,
24 em virtude da ausência do Dr. Arruda por motivo de férias e do Dr. Haroldo, que se encontrava
25 numa reunião de monitoramento do MAPP, no Palácio do Governo e justificou que embora a
26 Dra. Rosa não fosse membro da CIB poderia representar o Secretário de Saúde do Estado,
27 considerando que o seu cargo tem status de Secretária Estadual. Vera dá as boas vindas à
28 Secretária Executiva e, verificando a existência de quorum, inicia os trabalhos propondo, por
29 solicitação de Secretário Estadual, a inclusão de um item extra-pauta referente a mudança de
30 localidade de construção de uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA da programação de
31 2010. Acatada a referida inclusão, prossegue com a apresentação dos informes: O **1º informe**
32 vem da Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP que comunica a criação do “**Portal Grasiela**”,
33 através do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NUTIC, objetivando cadastrar
34 candidatos que poderão ser chamados para ministrar aulas, prestar consultorias, elaborar projetos
35 e trabalhar em outras atividades, atendendo assim às necessidades dos cursos e projetos da ESP-
36 CE. O processo de seleção do professor visitante, pesquisador ou consultor está normatizado pela
37 Resolução nº. 02/2011 do Conselho Técnico da ESP – CONTEC. Esclareceu que essa é uma
38 oportunidade para que técnicos dos diversos municípios possam cadastrar os seus currículos e
39 concorrer às vagas de ensino, pesquisa e consultoria da Escola. No **2º informe a CORAC**,
40 através do **NUICS**, informa que o Ministério da Saúde divulga que a partir de janeiro de 2012
41 seria iniciada a implantação do Sistema de Informação de Regulação, Controle e Avaliação –
42 SISRCA, que deverá substituir o SIS-PPI o SIA-SUS, o SIHD-SUS e o CID e todos os
43 programas para digitação de dados ora em uso – SISAIH01, BPA MAGNÉTICO, APAC, etc. Diz
44 que para obter mais informações os interessados devem acessar aos sites: SIA/SUS -
45 <http://w3.datasus.gov.br/siasih/siasih.php>, no tópico *documentação*; SIHD-SUS –
46 <http://w3.datasus.gov.br/SIHD/index.php>, no tópico *outros documentos*. O **3º informe** -
47 **Coordenadoria das Regionais de Saúde da SESA** informa a Relação das Câmaras Técnicas em
48 funcionamento nas CIB/MR. São as seguintes: Fortaleza: Educação em Saúde; Caucaia;
49 Maracanaú; Baturité; Canindé; Itapipoca; Aracati; Quixadá; Russas; Limoeiro do Norte; Sobral;
50 Acaraú; Tianguá; Tauá; Crateús; Camocim; Icó; Iguatu; Brejo Santo; Crato; Juazeiro do Norte e
51 Cascavel. Fala da importância das CT para aprofundamento das discussões dos Colegiados e
52 pede a sensibilização dos gestores no sentido disponibilizar algumas horas dos seus profissionais

53 para compor essas CT, principalmente em relação às questões que envolvem a elaboração do
54 Contrato Organizativo da Ação Pública – COAP. **4º Informe: Wilames** apresentou aos presentes
55 o novo Secretário Executivo do COSEMS, Ângelo Luis Secretaria Executiva do COSEMS, em
56 substituição da Joseana que se afastara para atuar como apoiadora do MS na implantação do
57 Decreto nº 7.508/2011 a pedido do Secretário da Gestão Participativa do MS. Sobre os informes
58 referentes às Portarias do Ministério da Saúde, **Vera Coelho** recomendou que os gestores
59 procurassem lê-las, buscando se aprofundar naquelas que tivessem assuntos importantes para a
60 gestão municipal. Deu prosseguimento aos trabalhos colocando em apreciação os pontos de
61 pauta que se seguiram nesta ordem: **Item 1: Recursos do FECOP: Incentivo para Municípios**
62 **com Adesão AMQ/2010** – Vera Coelho expõe a proposta que visa garantir a utilização do
63 incentivo do FECOP destinado a melhoria da qualificação da Atenção Primária no Ceará. Há um
64 compromisso com o Banco Mundial que é financiador da Operação Swap no Ceará, de
65 incentivar ou no mínimo conscientizar os municípios a fazerem alimentação do Sistema AMQ. A
66 SESA propôs utilizar recursos do FECOP da programação 2010, com gerenciamento em 2011,
67 no valor de R\$ 5.201.000,00 (cinco milhões, duzentos e um mil reais) para aquisição de veículos
68 para a Atenção Básica. Seriam beneficiados os Municípios que alimentaram o Sistema em 2010,
69 de acordo com informação relatório do PMAQ na competência dezembro de 2010, e tivesse 50%
70 de suas equipes sendo monitoradas. Esse foi o corte para o acesso ao incentivo. A SESA definiu
71 que para o número de veículos a ser doado a cada município usar-se-ia o seguinte critério: Para
72 os municípios com até 7 equipes, um veículo; de 8 a 29 Equipes 2 veículos e acima de 30
73 equipes, três veículos. Entretanto, como o assunto fora colocado na Reunião ampliada do
74 COSEMS, **Vera** acha que deve ter havido alguma pressão política para ampliar o acesso de
75 municípios ao benefício, contemplando os que tivessem menos de 50% de suas Equipes sendo
76 monitoradas, pois o Secretário ligara naquele momento sugerindo ao COSEMS acordar o
77 adiamento dessa pactuação até segunda feira vindoura, quando a SESA aprofundaria a questão.
78 Diz que caso houvesse concordância seria autorizada a emissão de Resolução por ad referendum.
79 **Vera** alerta à plenária de que, nesse caso, seria modificada a proposta referente ao critério que
80 define o número de veículos que seria destinado a cada município e diz que os gestores deveriam
81 desconsiderar a quantidade informada anteriormente, para revisão do critério, já que o valor do
82 recurso não seria aumentado. Diz que 17 municípios se encontram na situação abaixo de 50%.
83 130 estavam monitorando até dezembro de 2010, cento e vinte se enquadram no critério de 50%
84 fazendo o monitoramento de suas equipes. A gestora de Senador Pompeu reclamou a não
85 contemplação do seu município, alegando que o mesmo está dentro do critério. **Vera** disse que
86 não definiria de modo aleatório, mas se baseara nos relatórios do MS. Olímpia diz estar revoltada
87 com a ingerência política nessa decisão. Wilames diz que o Arruda também falara com ele sobre
88 essa proposta e confirma que aceita aguardar até 2ª feira, mas que de qualquer forma deveria ser
89 seguido um critério democrático de distribuição. Considerando que o COSEMS acatou a
90 proposta do gestor estadual, a CIB/CE decidiu esperar até segunda feira a posição do Secretário
91 de Saúde do Estado. **Vera** esclarece ainda que a meta de 30% foi definida pela operação SWAP
92 para o total de equipes do Estado e não para as equipes de cada município como alguns gestores
93 estavam entendendo. **Item 2 – Credenciamento na Estratégia Saúde da Família** – A Plenária
94 aprovou os seguintes credenciamentos: **Agentes Comunitários de Saúde:** 25(vinte e cinco) para
95 Juazeiro do Norte; 6 (seis) para Paraipaba; 2 (dois) para Campos Sales; 10 (dez) para Ubajara e
96 1(um) para Quixeramobim. **Equipes de Saúde da Família:** 1 (uma) na modalidade II para
97 Quixeramobim; 11(onze) na modalidade II para Juazeiro do Norte; 1(uma) na modalidade I para
98 Paracuru. **Equipes de Saúde Bucal:** 2 (duas) na modalidade I para Amontada. **Núcleo de Apoio**
99 **à Saúde da Família-NASF:** A) Alteração na Composição da Equipe: **Pindoretama:**
100 Substituição do Assistente Social de 30h por um Nutricionista de 40h; **Itaitinga:** Substituição do
101 Médico Pediatra de 40h por dois fisioterapeutas de 20h cada; Substituição do Médico
102 Ginecologista de 40h por dois da mesma categoria com carga horária de 20h cada; e Inclusão de
103 um Nutricionista com carga horária de 40 horas. B) Alteração de Cadastro do Núcleo: **Aquiraz:**
104 Mudança do cadastro da equipe do NASF 1, que era vinculado ao Centro de Especialidades

105 Médicas, CNES 2481375 para a UBSF Sede I, localizada no Alto Alegre, cujo CNES é
106 2726446. A CIB/CE aprovou os pleitos dos dois itens seguintes: **Item 3 – Transferência do**
107 **Servidor da FUNASA**, Tasso Eugênio Pereira Soares, da 5ª CRES para a sede da FUNASA em
108 Fortaleza. **Item 4 – Ratificação de Ordens de Serviço** para recebimento da 2ª parcela de
109 recursos para construção de Unidades Básicas dos municípios de Arneirós, Crateús, Crato, Farias
110 Brito, Horizonte, Massapê (2) Mombaça, Porteiras, Quiterianópolis, Santana do Cariri e Tauá.
111 Atestado de Conclusão de Edificação, para recebimento da 3ª parcela: Jaguaratama, Palhano e
112 Pereiro. **Item 5 – Pagamento Administrativo: Lilian Beltrão** apresentou os pedidos de
113 pagamento administrativos de pauta, tendo a plenária da CIB/CE autorizado ao gestor estadual
114 repassar do FUNDES para o Fundo de Saúde do município de Fortaleza o valor de R\$16.283,63
115 (dezesesseis mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos) destinado ao Pagamento
116 Administrativo à **Sociedade de Assistência e Proteção à Infância de Fortaleza – SOPAI**,
117 referente aos atendimentos de urgência, consultas de observação e exames de patologia clínica e
118 outros procedimentos realizados nos meses de abril e maio de 2011, que extrapolaram o Teto
119 Financeiro do citado estabelecimento. **Item 6 - Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza**
120 **referente à negociação de pagamento de complementação de AIH de cirurgias eletivas de**
121 **pacientes não residentes em Fortaleza** - Simões expõe a situação da Santa Casa em relação a
122 procedimentos de cirurgias eletivas e diz que o objetivo seria uma revisão dos valores da tabela
123 SUS. Diz que há uma fila que não foi orientada pelo sistema de referência e não tem como
124 garantir que a demanda futura apresentada pela Santa Casa, seja demanda real para a qual a
125 entidade está solicitando a compensação financeira. Diz que pela análise da demanda ficou
126 constatado que menos de 70% dos pacientes ou são do município de Fortaleza ou da
127 Microrregião e afirma que 100% dos procedimentos são de média complexidade. Diz que
128 existem hospitais que tem o Vida Nova pré-fixado. Propõe a mesma medida para as instituições
129 beneficentes como a Santa Casa, e propõe uma avaliação mais aprofundada, com
130 estabelecimento de parâmetros, inclusive para compensação da referência e contra-referência,
131 analisando-se caso a caso, para pactuar e viabilizar a execução do atendimento compatível com a
132 Santa Casa. Vera propõe encaminhar o assunto para a Câmara Técnica (CT) que será convocada
133 para que na próxima reunião apresente alternativas para resolver a questão ora apresentada. A
134 **Comissão Bipartite** acatou a proposição e autorizou a convocação da CT em data a ser marcada.
135 **Item 7 – Cirurgias Eletivas – Distribuição de Recursos Federais 6ª Etapa** – Lilian Beltrão,
136 **Coordenadora da CORAC** apresentou a prestação de contas da 6ª etapa das Cirurgias Eletivas
137 do Programa Vida Nova mostrando o saldo financeiro remanescente da 5ª etapa, no valor de R\$
138 955.819,11 (novecentos e cinquenta mil oitocentos e dezenove reais e onze centavos). Informou
139 que para a 6ª etapa seria destinado o valor de R\$ 10.010.356,50 (dez milhões e dez mil, trezentos
140 e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) será distribuído de acordo com os seguintes
141 critérios: **A)** 30% (trinta por cento) do citado valor, que correspondem a R\$ 3.003.106,95 (três
142 milhões e três mil, cento e seis reais e noventa e cinco centavos), seriam destinados ao
143 pagamento das Cirurgias Eletivas realizadas pelos hospitais públicos, Hospital Geral Dr. César
144 Cals, Hospital Geral de Fortaleza, Hospital Infantil Albert Sabin, Hospital Universitário Walter
145 Cantídio e Instituto Dr. José Frota. **B)** 70% (setenta por cento) de R\$ 10.010.356,50 (dez milhões
146 e dez mil, trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos) correspondentes a R\$
147 7.007.249,55 (sete milhões, sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco
148 centavos), acrescidos ao saldo de R\$ 955.819,11 (novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos
149 e dezenove reais e onze centavos) da 5ª etapa, que somam a quantia de R\$ 7.963.068,66 (sete
150 milhões, novecentos e sessenta e três mil e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos),
151 seriam distribuídos com os 184 municípios do Ceará, para utilização no período de setembro de
152 2011 a fevereiro de 2012, de forma per capita, considerando a população do Censo de 2010
153 divulgada pelo IBGE. Concluiu que cada município terá um limite financeiro, para a
154 programação das Cirurgias Eletivas, gerado pela multiplicação do número de sua população
155 residente pelo valor per capita de R\$ 0,94 (noventa e quatro centavos), e que os valores seriam
156 discriminados no **Anexo I** da Resolução da CIB/CE. Prosseguindo, **Lilian** apresentou a proposta

157 das Cirurgias Eletivas estabelecidas pela Portaria GM/MS Nº. 2.318, datada de 30 de setembro
158 de 2011, que redefine a estratégia para a ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos
159 Eletivos; alocando recursos financeiros para os exercícios de 2011 e 2012 e organizando o elenco
160 de procedimentos, em **Componente I:** Cirurgias de Catarata, **Componente II:** Cirurgias
161 Especializadas e Procedimentos Prioritários, e **Componente III:** Outros procedimentos de
162 relevância para ampliação do acesso no contexto locorregional, para execução no período de
163 setembro de 2011 a dezembro de 2012; Sobre os recursos de 2012 definidos no Anexo II,
164 esclareceu que de acordo com a Portaria os mesmos só seriam utilizados pelos municípios que,
165 após o encontro de contas a ser realizado em maio de 2012 pelo MS, tivesse realizado pelo
166 menos 50% do valor do Anexo I. Citou ainda o estabelecimento, na referida Portaria, de recursos
167 adicionais destinados aos municípios que possuem mais de 10% de sua população em situação
168 de extrema pobreza, para realização de Cirurgias do Componente I, e o dobro do valor per capita
169 para os Componentes II e III, contemplando essa população relacionada no Anexo III.
170 Prosseguindo, recomendou que os municípios pactuassem nos Colegiados regionais a realização
171 dos procedimentos e enviassem a Resolução à CORAC para fins do estabelecimento dos valores
172 a serem alocados aos municípios executores. A Bipartite aprovou os critérios propostos pela
173 CORAC em consonância com a Portaria Nº. 2.318/2011 do MS, acima referida. **Item 8 –**
174 **Projeto para aquisição de equipamentos e material permanente para unidades de saúde e**
175 **ampliação de Unidades em municípios** - Vera apresentou as propostas cadastradas no site do
176 Fundo Nacional de Saúde dos municípios de **Itaitinga**, (R\$ 2.155.891,57) para UBSF e Hospital
177 Municipal; **Miraíma**, (R\$ 787.008,70) para UBSF; **Ocara** (R\$ 638.565,97) para UBSF e
178 Unidades Especializadas; **Jaguaribe** (R\$ 1.195.350,10) para UBSF e Hospital Municipal; **Brejo**
179 **Santo**, (R\$ 943.764,00) para UBSF e CAPS; **Hidrolândia** (R\$ 205.000,00) cadastrada **SICONV**
180 para a ampliação do Hospital Maternidade Luis Gonzaga Fonseca Mota; **Barbalha** (R\$
181 5.737.785,96) **Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo**, do município de Barbalha,
182 cadastradas no **SICONV**, referentes à reforma e aquisição de equipamentos e material
183 permanente destinados à estruturação de unidades da rede do SUS; **Barbalha** (R\$ 3.410.480,00)
184 **Hospital e Maternidade Santo Antônio**, da Fundação Otília Correia Saraiva, cadastrado no
185 **SICONV** referentes à aquisição de equipamentos e material permanente destinados à
186 estruturação de unidades da rede do SUS; **Município Deputado Irapuan Pinheiro**,
187 (R\$300.000,00) cadastrado no **SICONV**, para ampliação do Hospital Municipal e reforma da
188 UBASF do Distrito de Baixio. A CIB/CE aprovou as proposta acima especificadas. **Item 9 –**
189 **Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial** – Aprovada após apreciação pela Plenária, a
190 implantação de Centros de Atenção Psicossocial, para os seguintes municípios: **Tauá**, um CAPS
191 AD; **Guaiúba** um CAPS tipo I e **Solonópole** um CAPS tipo I). **Item 10 – Avaliação do Plano**
192 **Operativo do Programa de Reestruturação e Contratualização da Fundação Otília Correia**
193 **Saraiva – Hospital Maternidade Santo Antônio, de Barbalha junto ao SUS.** Lilian colocou
194 para a Plenária o Plano Operativo da Fundação Otília Correia Saraiva – Hospital Maternidade
195 Santo Antônio, de Barbalha, requisito obrigatório para a renovação da contratualização daquela
196 entidade junto ao SUS. Disse que o documento atendia as exigências normativas do MS e por
197 isso sugeria a sua aprovação. Sem questionamento, a plenária do **Colegiado Bipartite** aprovou o
198 pleito em apreço da referida entidade filantrópica de Barbalha. **Item 11 - Plano Estadual de**
199 **Educação Permanente em Saúde: Recursos/2011 e Metodologia de Elaboração.** A técnica da
200 CGTES, Fernanda Martins apresentou as prioridades para a programação 2011 da Política de
201 Educação Permanente em Saúde – PEPS, do Ceará, referente ao exercício de 2011, no valor total
202 de **R\$ 3.384.525,95** (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco
203 reais e noventa e cinco centavos), estabelecido pela Portaria GM/MS nº 2.200, de 14 de setembro
204 de 2011. De acordo com a proposta, o montante acima será destinado às Macrorregiões de
205 Saúde, de Fortaleza, do Cariri e de Sobral, e repassado da seguinte forma: O recurso destinado às
206 Macrorregiões de Fortaleza e Cariri será repassado ao **Fundo Estadual de Saúde**, no valor total
207 de R\$ 2.430.935,62 (dois milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e trinta e cinco reais e
208 sessenta e dois centavos), sendo R\$ 1.972.806,21 (um milhão novecentos e setenta e dois mil,

209 oitocentos e seis reais e vinte e um centavos) para Macrorregião de Fortaleza e R\$ 458.129,41
210 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e um centavos) para a
211 Macrorregião do Cariri, e para a Macrorregião de Sobral, o valor de **R\$ 953.590,33** (novecentos
212 e cinquenta e três mil, quinhentos e noventa reais e trinta e três centavos), que deverá ser
213 creditados no Fundo Municipal de Saúde de Sobral. As prioridades consistem na realização de 7
214 (sete) Cursos na área de Educação Profissional de Nível Médio para a Saúde, distribuídos nas
215 três Macrorregiões; 11 (onze) Cursos na área de Educação Permanente para a Macrorregião de
216 Fortaleza e 5 (cinco) na área de Educação Permanente para as Macro de Sobral e Cariri. A
217 CIB/CE acatou a proposta acima, conforme foi apresentada pela SESA. **Item 12 - (Extra-**
218 **Pauta) Mudança da localidade de construção uma UPA da Programação de 2010 – Vera**
219 colocou para a plenária da CIB/CE a proposta do Estado referente à alteração da Resolução
220 CIB/CE nº. 109, datada de 8 de julho de 2009, que habilita a Unidade de Pronto Atendimento –
221 UPA Porte I, no município de Quixeramobim, com vistas à mudança de localização da
222 construção da referida Unidade de mesmo porte, no município de Quixadá. A CIB/CE acatou a
223 alteração proposta, estabelecendo como Proponente em relação ao incentivo financeiro de
224 investimento para a implantação das UPA, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no
225 CNPJ sob o Nº. 07.954.571/0001-04 e definiu a responsabilidade de cofinanciamento de 50% do
226 custeio desta UPA, sendo, 25% a cargo do Estado e 25% a cargo do município de Quixadá. Ao
227 final da reunião **Wilames**, Presidente do COSEMS, propôs a inclusão para a próxima pauta, dos
228 seguintes assuntos: **A)** Prestação de contas pelo Estado, da aquisição e fornecimento de
229 medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica; **B)** Posição sobre a aquisição dos
230 equipamentos dos Complexos Reguladores. Nada mais havendo a tratar a Assembleia foi
231 encerrada tendo eu, Célia Fonseca, lavrado a presente Ata que vai assinada pelos membros da
232 Comissão Intergestores Bipartite que compareceram. Fortaleza, quatorze de outubro de dois mil
233 e onze.